

 <p>Código CHAS-TCLE.T.002 Versão:2º – 20/01/2016</p>	TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO PNEUMONECTOMIA TOTAL OU PARCIAL	COLAR ETIQUETA
--	---	-----------------------

Por este instrumento particular o(a) paciente (ACIMA CITADO) ou seu responsável (ABAIXO CITADO), declara, para todos os fins legais, especialmente do disposto no artigo 39, VI, da Lei 8.078/90 que dá plena autorização ao (à) médico(a) assistente (ABAIXO CITADO), para proceder as investigações necessárias ao diagnóstico do seu estado de saúde, bem como executar o tratamento cirúrgico designado “PNEUMONECTOMIA TOTAL OU PARCIAL”, e todos os procedimentos que o incluem, inclusive anestésias ou outras condutas médicas que tal tratamento médico possa requerer, podendo o referido profissional valer-se do auxílio de outros profissionais de saúde.

Declara, outrossim, que o referido(a) médico(a), atendendo ao disposto no art. 59º do Código de Ética Médica e no art. 9º da Lei 8.078/90 (ABAIXO TRANSCRITOS) e após a apresentação de métodos alternativos, sugeriu o tratamento médico cirúrgico anteriormente citado, prestando informações detalhadas sobre o diagnóstico e sobre os procedimentos a serem adotados no tratamento sugerido e ora autorizado, especialmente as que se seguem:

DEFINIÇÃO: a pneumonectomia consiste na retirada parcial ou total de um pulmão.

COMPLICAÇÕES:

- | | |
|--|---|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Hemorragias (sangramentos). 2. Pneumotórax contra-lateral (lesão da pleura ou pulmonar). 3. Fratura de costela. 4. Fistula periférica ou broncopleurar (vazamento de ar temporário). 5. Fistula broncovascular (sangramento para dentro do pulmão). 6. Hérnia cardíaca (saída do coração fora do pericárdio – membrana que reveste o mesmo, quando da necessidade de abri-la). 7. Tamponamento cardíaco (acúmulo de sangue no pericárdio quando aberto). 8. Hipotensão (pressão baixa). 9. Arritmias cardíacas. 10. Hematomas. 11. Infecção de ferida operatória. 12. Infarto do miocárdio. 13. Edema pulmonar (líquido em excesso no pulmão por alterações pulmonares ou cardíacas). 14. Insuficiência respiratória (falta de ar). 15. Atelectasias (retenção de secreções nos pulmões). 16. Pneumonias. 17. Torsão do lobo pulmonar e gangrena. 18. Infarto pulmonar. 19. Fistula broncopleurar (comunicação do brônquio com a pleura com saída de ar prolongada). 20. Empiema pleural (pus na cavidade pleural). 21. Hemoptise (escarro com sangue). 22. Derrame pleural (líquido na pleural). 23. Lesão de esôfago. 24. Deiscência de ferida operatória (quando há abertura dos pontos). | <ol style="list-style-type: none"> 25. Quilótórax (derrame pleural esbranquiçado por lesão do ducto linfático causando alterações do estado nutricional do doente). 26. Enfisema subcutâneo (ar embaixo da pele). 27. Lesão de nervo frênico (paralisia do diafragma – músculo da respiração). 28. Lesão de nervo laríngeo inferior (rouquidão). 29. Paraplegia (lesão de medula espinhal ou de seu suprimento arterial). 30. Lesão de meninge – fistula aracnóide – pleural (membrana que reveste a medula espinhal). 31. Embolia tumoral (obstrução de vasos por êmbolos tumorais). 32. Trombose venosa profunda (formação de coágulos no sangue por tumor ou estado de coagulação alterado). 33. Insuficiência renal. 34. Embolia pulmonar (êmbolo de sangue, ar, ou gordura obstruindo a circulação pulmonar, levando a dificuldade respiratória). 35. Acidente vascular cerebral (derrame). 36. Lesão de plexo braquial (nervos que inervam o membro superior). 37. Neuralgia intercostal prolongada (dor amortecimento pós-operatória). 38. Estenose de traquéia e/ou laríngea (diminuição da luz por necessidade de intubação prolongada). 39. Reestenose após cirurgia traqueal e ou laríngea para estenose. 40. Necessidade de reintervenção (novas cirurgias). 41. Parada respiratória. 42. Parada cardíaca. 43. Recidiva da patologia. 44. Possibilidade de cicatrizes com formação de quelóides (cicatriz hipertrófica-grosseira) |
|--|---|

INFECÇÃO HOSPITALAR: A portaria nº. 2.616, de 12/05/1998 do Ministério da Saúde estabeleceu as normas do Programa de Controle de Infecção Hospitalar (PCIH), obrigando os hospitais a constituir a CCIH (Comissão de Controle de Infecção Hospitalar). Os índices de infecção hospitalar aceitos são estabelecidos, usando-se como parâmetro o NNIS (Nacional Nosocomial Infection Surveillance – Vigilância Nacional Nosocomial de Infecção), órgão internacional que estabelece os índices de infecção hospitalar aceitos e que são:

1. Cirurgias limpas – 2% (são aquelas que não apresentam processo infeccioso e inflamatório local e durante a cirurgia, não ocorre penetração nos tratos digestivo, respiratório ou urinário);
2. Cirurgias potencialmente contaminadas – 10% (aquelas que necessitam drenagem aberta e ocorre penetração nos tratos digestivo, respiratório ou urinário);
3. Cirurgias contaminadas – 20% (são aquelas realizadas em tecidos recentemente traumatizadas e abertas, colonizadas por flora bacteriana abundante de difícil ou impossível descontaminação, sem supuração local). Presença de inflamação aguda na incisão cirúrgica e grande contaminação a partir do tubo digestivo. Inclui obstrução biliar e urinária.
4. Cirurgias infectadas – 40% (são aquelas realizadas na presença do processo infeccioso (supuração local) e/ou tecido necrótico).

Declara ainda, ter lido as informações contidas no presente instrumento, as quais entendeu perfeitamente e aceitou, comprometendo-se a respeitar integralmente as instruções fornecidas pelo(a) médico(a), estando ciente de que sua não observância poderá acarretar riscos e efeitos colaterais a si (ou ao paciente).

Declara, igualmente, estar ciente de que o tratamento adotado não assegura a garantia de cura, e que a evolução da doença e do tratamento podem obrigar o(a) médico(a) a modificar as condutas inicialmente propostas, sendo que, neste caso, fica o(a) mesmo(a) autorizado(a), desde já, a tomar providências necessárias para tentar a solução dos problemas surgidos, segundo seu julgamento. Finalmente, declara ter sido informado a respeito de métodos terapêuticos alternativos e estar atendido em suas dúvidas e questões, através de linguagem clara e acessível. Assim, tendo lido, entendido e aceito as explicações sobre os mais comuns RISCOS E COMPLICAÇÕES deste procedimento, expressa seu pleno consentimento para sua realização.

<input type="checkbox"/> Paciente: <p style="text-align: right;">Assinatura</p>	<p>Recife (Pernambuco)</p> <p>_____/_____/_____</p> <p>Hora: ____:____</p>
<input type="checkbox"/> Aplicável se responsável Nome: _____ Doc. Identidade nº: _____ Grau de Parentesco: _____ <p style="text-align: right;">Assinatura</p>	Testemunhas: 1) Nome: _____ CPF nº: _____ Assinatura: _____ 2) Nome: _____ CPF nº: _____ Assinatura: _____

PREENCHIDO PELO MÉDICO:

Expliquei todo o procedimento/ tratamento ao paciente acima identificado e/ou responsável, sobre os benefícios, riscos, alternativas, referentes a sua recusa, tendo respondido às perguntas formuladas pelos mesmos. De acordo com o meu entendimento, o paciente e/ou responsável, está em condições de compreender o que lhe foi informado.

Nome do médico(a): _____

CRM: _____ **Assinatura e Carimbo**

Código de Ética Médica – Art. 59º - É vedado ao médico deixar de informar ao paciente o diagnóstico, o prognóstico, os riscos e objetivos do tratamento, salvo quando a comunicação direta ao mesmo possa provocar-lhe dano, devendo, nesse caso, a comunicação ser feita ao seu responsável legal. Lei 8.078 de 11/09/1990 – Código Brasileiro de Defesa do Consumidor: Art. 9º - O fornecedor de produtos ou serviços potencialmente perigosos à saúde ou segurança deverá informar, de maneira ostensiva e adequada, a respeito da sua nocividade ou periculosidade, sem prejuízo da adoção de outras medidas cabíveis em cada caso concreto. Art. 39º - É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços dentre outras práticas abusivas: VI – executar serviços sem a prévia elaboração de orçamento e autorização expressa do consumidor, ressalvadas as decorrentes de práticas anteriores entre as partes.